

**Prefeitura Municipal de
Foz do Iguaçu**

**Secretaria Municipal de
Assistência Social - SMAS**

PANORAMA MUNICIPAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

**Boletim da
Vigilância
Socioassistencial**

**2ª Edição
Informativo nº 002/2020**

**Foz do Iguaçu - PR
Fevereiro de 2020**



O Boletim de Vigilância Socioassistencial é um informativo eletrônico voltado para Gestores, Técnicos e Conselheiros da Política de Assistência Social com o objetivo de disseminar as produções da Vigilância Socioassistencial do município de Foz do Iguaçu - PR. Essa publicação visa esclarecer e reforçar o papel estratégico e a função essencial de cada serviço para a Rede Socioassistencial.

2020

2ª Edição

Autores: Samuel Cabanha e Zoraide de Lima Soares Rodrigues

Diagramação e Edição de Arte: Caio Fernando Alves Pereira

Revisão: Os autores.

O conteúdo do Boletim Informativo e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor.

2020

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Secretaria Municipal de Assistência Social:

***panorama municipal da população em
situação de rua***



APRESENTAÇÃO

Oficialmente, o município de Foz do Iguaçu não dispunha de pesquisas e ou de dados oficiais sistematizados através de um único documento que englobasse a população em situação de rua. Através desta publicação, se pretende minimizar essa lacuna. Esse vazio e ou falta de informação prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para essa população e, o que é mais grave, reproduz e invisibiliza socialmente a população de rua no âmbito das políticas sociais, tornando marginal e ou inexistente o planejamento, a inclusão e o acolhimento dessa demanda. A fim de suprir essa carência, esta 2ª edição do Boletim da Vigilância Socioassistencial (Informativo nº 002/2020) é uma publicação que faz uma breve análise dos dados referentes à população em situação de rua no município de Foz do Iguaçu.

Para isso, utilizou-se de dados disponibilizados pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP, pelas (03) três casas de passagens instaladas no município: Casa de Passagem I – Mão Amiga; Casa de Passagem II; Casa de Passagem III - Albergue Noturno Lar Esperança, além de dados do Serviço Especializado de Abordagem Social - SEAS. Os dados levantados através desses serviços foram confrontados com os dados gerais para essa população disponíveis na base de dados do Cadastro Único. Com base nessas informações, realizou-se um modelo generalizado, com diversas características da população em situação de rua que passaram pelas unidades citadas anteriormente e ou atendidos pelo Serviço Especializado de Abordagem Social.

O modelo considera uma série de características que ajudam a conhecer um pouco do perfil dessa população, informação que pode

servir para prover uma proteção social mais adequada. Cabe salientar que as variáveis presentes no município, como por exemplo, o fato de estar em uma região de fronteira possui uma diferenciação central dos demais centros no que tange ao dinamismo urbano, fluxos e fixos, o que influi em especificidades que se não forem devidamente compreendidas pela gestão pública acerca de causa, oferta e demanda, podem caminhar para situações de vulnerabilidade nos serviços voltados à população em situação de rua.

Nesse sentido, as especificidades da população em situação de rua exige a constante qualificação da gestão, cobrando flexibilidade e reflexões periódicas sobre os trabalhos desenvolvidos e resultados atingidos. Assim, esse documento busca, de forma sucinta, recomendar o constante exercício e esforço para uma implantação da cultura da informação, através da realização de pesquisas municipais com a população em situação de rua e o desenvolvimento e a disponibilização de metodologia de diagnóstico(s) da população em situação de rua a fim de fomentar a incorporação deste segmento nas atividades locais de vigilância socioassistencial¹.

¹ A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS define em seu artigo nº 2, que a Assistência Social tem

IDENTIFICAÇÃO

Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

Estado do Paraná

Nome do Prefeito: Francisco Lacerda Brasileiro

Mandato do Prefeito(a): Início: 01/05/2017 Término: 31/12/2020

Endereço da Prefeitura: Praça Getúlio Vargas nº. 280 – Centro

CEP: 85.851-340

Telefone: (45) 2105.1383

E-mail: prefeito@pmfi.pr.gov.br

Site: www.pmfi.pr.gov.br

Órgão Gestor da Assistência Social:

Nome do órgão gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS

Secretário: Elias de Sousa Oliveira

Ato de nomeação do gestor: Portaria nº 62.581/2017

Endereço: Avenida Jorge Shimmelpfeng nº 111 – Centro

CEP: 85.851 – 110 Foz do Iguaçu – PR

Telefone: (45) 3545.1010 (45) 3545.1014

Email: smas@pmfi.pr.gov.br e assistenciasocial.pmfi@gmail.com

Diretoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – DIGS/SUAS

Diretor: André dos Santos

Diretoria de Proteção Social Básica – DIPS

Diretora: Luciana Ferreira Zanetti

Diretoria de Proteção Social Especial – DIPE

Diretora: Dayse Mara Bortoli

Diretoria de Gestão Financeira do SUAS – DGFS

Diretora: Josemara Rocha de Souza Dias

Setor de Elaboração: Divisão de Vigilância Socioassistencial - DVVSA

Responsáveis pela Elaboração: Samuel Cabanha – Psicólogo (CRP 08/13777) e Zoraide de Lima Soares Rodrigues – Assistente Social (CRESS 6302)

PREFÁCIO

A inclusão de uma nota introdutória ao Boletim da Vigilância Socioassistencial (2ª Edição – Informativo nº 002/2020) não se prende apenas a necessidade de um esclarecimento prévio de seus objetivos e limites, mas expressa também, a necessidade de uma discussão mais ampla sobre seu significado para a Política de Assistência Social. A necessidade de elaborar o 2º Boletim da Vigilância Socioassistencial e de sistematizar os dados que incidem sobre a População em Situação de Rua se deve ao fato de que até o momento não existia nenhuma pesquisa no âmbito municipal voltado para essa parcela da população. A publicação deste Boletim Informativo é de vital importância, pois ele desvela a invisibilidade dessa população trazendo a tona e tornando legível ao município e a Política Municipal de Assistência Social a necessidade de uma constante melhoria dos serviços, reforçando assim, procedimentos e fluxos a fim de inscrever, cada vez mais, a população em situação de rua no cenário de atenção no âmbito municipal.

Este trabalho teve como escopo o de compreender algumas singularidades da população em situação de rua e ao mesmo tempo, afirmar a Assistência Social enquanto política pública e, dessa forma, oferecer subsídios para compreensão das contradições e contrastes de nossa sociedade. A concretização deste trabalho no município de Foz do Iguaçu é um importante passo para efetivação da proteção social e defesa de direitos, de modo que não se esgotem possibilidades apenas nas proposições técnica, legal e normativa, mas, principalmente, a de efetivar o Sistema Único de Assistência

Social no município. Nesse sentido, é com imensa satisfação que referenciamos este prefácio para agradecer os envolvidos neste importante trabalho, sobretudo, porque ele é um instrumento balizador para o planejamento da Política de Assistência Social, bem como para afirmação e efetivação do tripé do Sistema Único de Assistência Social.

Boa leitura.

Elias de Sousa Oliveira
Secretário Municipal de Assistência Social

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas que nos encorajado, motivado e nos fortalecido com as críticas acerca do nosso trabalho.

Ao Secretário Municipal de Assistência Social, pelo apoio e por ter permitido a nós o desenvolvimento de um trabalho com total autonomia. A todos os Técnicos, Diretores, Chefes de Divisão e, em especial, aos Coordenadores de Unidades por reportarem mensalmente as informações referentes aos serviços. A todas(os) as(os) amigas(os) servidoras(es) que contribuíram com este trabalho, enriquecendo nossa reflexão sobre o processo interventivo da Vigilância Socioassistencial.

SIGLAS

Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

DGFS - Diretoria de Gestão Financeira do SUAS

DIGS/SUAS - Diretoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

DIPE - Diretoria de Proteção Social Especial

DIPS - Diretoria de Proteção Social Básica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social

OSC – Organização da Sociedade Civil

PNPR – Política Nacional para a População em Situação de Rua

RMA – Registro Mensal de Atendimento

SEAS - Serviço Especializado de Abordagem Social

TABELAS

Pág.

Tabela nº 1: Comparação entre o dimensionamento do volume de pessoas em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento (RMA) do Centro POP dos anos de 2018 e 2019.....35

Tabela nº 2: Dimensionamento do volume de Pessoas em Situação de Rua no **Cadastro Único** no ano de 2019.....36

Tabela nº 3: Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento (RMA) do **Centro POP** durante o ano de 2019.....43

Tabela nº 4: Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento da **Casa de Passagem I (Mão Amiga)**.....45

Tabela nº 5: Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento da **Casa de Passagem II**.....47

Tabela nº 6: Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento do **Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS**.....49

Tabela nº 7: Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento da **Casa de Passagem III (Albergue Noturno)**.....51

GRÁFICOS

Pág.

Gráfico nº 1: Representação do contraste entre o volume de Pessoas em Situação de Rua atendidas no Centro POP e o volume de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único (Ano de 2019).....38

Gráfico nº 2: Representa o total de **Pessoas em Situação de Rua** atendidas no mês de referência (Referente ao período de 01/2014 a 09/2019).....39

Gráfico nº 3: Representa o total de Pessoas em Situação de Rua na condição momentânea de **usuárias de CRACK ou outras drogas ilícitas** atendidas no mês de referência (Referente ao período de 01/2014 a 09/2019).....40

Gráfico nº 4: Representa o total de Pessoas em Situação de Rua na condição de **Migrantes** atendidas no mês de referência (Referente ao período de 01/2014 a 09/2019).....41

Gráfico nº 5: Representa o total de Pessoas em Situação de Rua com **Doença ou Transtorno Mental** atendidas no mês de referência (Referente ao período de 01/2014 a 09/2019).....42

SUMÁRIO

Pág.

Levantamento da População em Situação de Rua: qual a relevância dessa estimativa?.....	14
Perfis das vivências de rua: singularidades e diversidades das pessoas em situação de rua.....	18
Razões, motivações e os diferentes modos de viver e sobreviver em situação de rua.....	23
O senso moral dominante: (re)produção e construção social da imagem da pessoa em situação de rua.....	26
Caracterização da população em situação de rua a partir dos registros de atendimento: distinção e complementaridade entre serviços.....	29
Discussão: considerações finais.....	54

**LEVANTAMENTO DA POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA: QUAL A
RELEVÂNCIA DESSA ESTIMATIVA?**

A existência de dados consolidados sobre a população em situação de rua² já é um indicativo de que o município de Foz do Iguaçu compreende e identifica, dentro de uma perspectiva histórica e crítica a questão da situação de rua como um problema e expressão da desigualdade social. Isso significa dizer que por vezes, a ausência de informação é uma decisão intencional e, portanto, política. O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entre agosto de 2007 e março de 2008, sendo executado pelo Instituto Meta. Naquela ocasião, foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua distribuídas nas 71 cidades em que o levantamento foi conduzido.

Hodiernamente, a maioria dos municípios brasileiros não possui estimativa sobre população em situação de rua, sendo que segundo publicação do IPEA (2016), apenas 63,2% dos municípios com mais de 100 mil habitantes possuem estimativa. Trata-se de uma população sem visibilidade para os órgãos oficiais de contagem populacional. O próprio Censo do IBGE (última versão em 2010), bem como as pesquisas por amostragem domiciliar do mesmo Instituto não computam essa população, em função da sua falta de referência de moradia. Nesse sentido, dada essa condição problema, Foz do Iguaçu se adianta e, com essa publicação, pretende, ainda que minimamente, mudar esse panorama.

² Para falar das pessoas que usam as ruas como espaço de circulação e permanência, em vez de utilizarmos o termo “morador de rua” optou-se neste trabalho por “pessoa em situação de rua”. O uso desta terminologia é apontado como o mais adequado, pois “pessoas” remete a humanidade, pluralidade e multiplicidade nas diferentes formas de existir, e “situação” como algo que é “transitório, em ininterrupta transformação, assim como ao se situar em um espaço particular, simbolizado pela rua” (Mattos, 2006, p. 225). Porém, a que se ter cuidado, pois Santos (2014) problematiza o uso do termo “situação de rua”, pois esse autor acredita que este termo exclui o grupo populacional que tem uma relação duradoura, crônica com o habitar as ruas. Nesse sentido, a reflexão é sempre necessária, pois se trata de uma problematização importante, pois de acordo com a pesquisa nacional (MDS, 2009), 30% das pessoas estão vivendo nas ruas a mais de cinco anos (Brasil, 2009).

O objetivo aqui é desvelar a diversidade e algumas singularidades e, até mesmo, algumas razões superficiais que levam as pessoas a viverem em situação de rua e, além disso, tem como escopo apresentar um panorama acerca dos dados desta população, enfatizando a complexidade desse tema e visibilizando melhor o perfil e a realidade das pessoas em situação de rua.

Por óbvio, é necessário ressaltar os limites deste documento, pois o mesmo reflete apenas as situações de pessoas em situação de rua que buscaram espontaneamente essas unidades e/ou que foram a elas encaminhadas. Porém, esse levantamento é capaz de informar uma estimativa quase que precisa para o município e, dessa forma, subsidia a gestão da Política Municipal de Assistência Social sobre essa parcela da população, objetivando um olhar mais atento e uma melhoria no atendimento e na qualidade dos serviços.

A estimativa aqui apresentada não substitui a necessidade do município conhecer melhor sua população em situação de rua e, nesse sentido, vale lembrar que o município de Foz do Iguaçu é um município de grande porte e que conta com uma situação peculiar, pois é município de faixa de fronteira, sendo esta fronteira trinacional, fazendo divisa com o município de *Ciudad del Este* pelo lado Paraguaio e com o município de *Puerto Yguazu* pelo lado Argentino.

Essa condição de faixa de fronteira³, “obriga”, necessariamente, para além dessas informações básicas, uma leitura e compreensão mais aprofundada sobre esta população, tanto pela Proteção Social Básica como pela Proteção Social

³ Segundo o IBGE, existem 588 municípios localizados na faixa de fronteira do Brasil, com suas respectivas áreas territoriais. Esta faixa tem 15,9 mil Km comprimento, 150 km de largura e área total de 1,4 milhão de Km², o equivalente a 16,6% do território brasileiro, incluindo a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul.

Especial, haja vista que a peculiaridade da fronteira, coloca o município no caminho de passagem de muitos transeuntes que, hipoteticamente são considerados trecheiros⁴, mas que, sazonalmente, demandam muito dos serviços voltados ao atendimento da população em situação de rua. Nesse sentido, faz se necessário estudo mais aprofundado que revele o perfil deste segmento e, recomenda-se a Proteção Social Especial (média complexidade) a realização desta pesquisa.

⁴ Definidos por Nascimento (2008, p. 23) como “indivíduos que perambulam pelas rodovias a pé, de cidade em cidade, sobrevivendo de trabalhos temporários e de eventuais ajudas filantrópicas. Diferenciam-se dos andarilhos de estrada que, embora perambulem também a pé pelas rodovias, não adentram as cidades e nem recorrem a ajudas filantrópicas, pois romperam definitivamente com os modos de vida sociais. Desse modo, os trecheiros são indivíduos que se encontram num limiar de transição, pois, à medida que passam os anos, a falta de perspectivas futuras em relação a trabalho e emprego fixos se acentua e a tendência é se tornarem andarilhos de estrada devido às condições miseráveis em que vivem (p. 23).

**PERFIS DAS VIVÊNCIAS DE
RUA: SINGULARIDADES E
DIVERSIDADES DAS PESSOAS
EM SITUAÇÃO DE RUA**

Segundo o Decreto nº 7.053/2009, que institui e regulamenta a Política Nacional para a População em Situação de Rua - PNPR e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, essa população é definida como:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009a, p.16).

A partir dessa definição, percebe-se que a pobreza extrema é um dos aspectos que caracterizam essa população, porém, não é o único. Sabe-se que a condição pobreza é crucial, pois as pessoas em situação de rua estão submetidas à total limitação de renda – que impede que elas satisfaçam necessidades mínimas, como alimentação e moradia, combinado a isso, há a impossibilidade de acesso a condições de promoção e garantias de direito que possam sanar essa limitação.

Nesse sentido, para uma melhor compreensão do fenômeno da População em Situação de Rua faz-se necessário uma contextualização histórica acerca da criação do Estado de Direito e sua forma de regulação, além de buscar compreender como se dá o processo de inclusão precária. A existência de População em Situação de Rua não é um fato novo e sua origem parece estar ligada ao renascimento das cidades, fruto do surgimento do capitalismo, conforme aponta Bursztyn (2003),

Findo o sistema servil, já não interessava a preservação, por parte dos velhos senhores, das classes despossuídas. Cada um teria de buscar seu sustento no novo mundo do mercado. E não havia trabalho para todos, nem habitação, nem comida. Muitos trabalhavam e viviam no meio da rua. (BURSZTYN, 2003a, p.19)

Alguns estudos têm sido levados a cabo enfatizando a temática da População em Situação de Rua, de forma generalista e ou dando certa atenção a certos subgrupos desta população ou suas características. Nas linhas a seguir, serão apresentadas algumas dessas características de cada subgrupo dessa parcela da população. Segundo Bueno (2013), ao pesquisar população em situação de rua, mais precisamente, o de *peessoas idosas*, este autor identificou o uso recorrente de álcool, ausência de renda financeira, autodeclaração de algum tipo de doença e, peculiarmente, a afirmação de não se perceberem na condição de processo de envelhecimento. Segundo esse mesmo autor, nesse subgrupo da população em situação de rua, o processo de envelhecimento acontece de forma célere, devido ao conturbado meio social e às condições precárias de vida.

No tocante ao subgrupo *mulheres* em situação de rua, às pesquisas que buscaram compreender as especificidades e os modos de vida desse subgrupo identificaram que o número de mulheres nas ruas é de duas para cada dez homens e, segundo Rodrigues (2009) com faixa etária diversa. Outros autores, como Rosa e Brêtas (2015) apontam que os fatores predominantes que ocasionam a ida de mulheres para a situação de rua é a violência doméstica, dificuldade financeira e ou rompimento com vínculos sociais.

O fator singular para este subgrupo é o que aponta Alves (2013), que diz que quando nas ruas, as mulheres enfrentam a violência do tráfico, a exploração sexual, situações de estupro, repressão policial e estatal, da disputa por território e a violência de gênero, somadas as outras dificuldades inerentes a situação de rua, como dificuldades em obter privacidade. Segundo esse autor, a rua

(situação de rua) se configura como um espaço masculino, que reproduz e dá continuidade ao modelo patriarcal.

Com relação ao subgrupo *crianças e jovens* em situação de rua, autores como Moura, Silva e Noto (2009) afirmam que, assim como para a população adulta em situação de rua, para as crianças e jovens, as razões que ocasionam esse processo são múltiplas, evidenciando a fragilidade dos vínculos familiares. Essas autoras afirmam que para esse subgrupo, crianças e jovens, num primeiro momento, a rua se apresenta e se configura como espaço de liberdade e independência, mas logo em seguida, surgem as dificuldades inerentes à situação de rua, como a de sobrevivência básica (alimentação – higiene – vestuário, etc.), configurando-se como espaço de privações.

Para estes subgrupos, *idosas(os), mulheres, crianças e jovens*, há ainda outro recorte frequente que aparece nas pesquisas, a saber, a intersecção dessas pessoas com o *álcool e outras drogas* e, em alguns casos, mais especificadamente o uso abusivo de *crack*. Outro fator importante a destacar é o fato presente de que para pessoas em situação de rua o *trabalho* comum, por vezes, se resume a flanelinhas e ou vigias de carros, catadores de material reciclável e até mesmo, a situação extrema de mendicância como fonte de recursos. Segundo apontam (ALLES, 2010; OLIVEIRA, 2015), é quase inexistente oportunidade de trabalho formal para a população em situação de rua devido ao preconceito e ausência de endereço fixo, mesmo que a pessoa tenha competência e qualificação requeridas.

Entretanto, não se pretende estigmatizar esses subgrupos aqui relatados ou até mesmo associá-los a esses perfis. É inegável o avanço qualitativo e orçamentário na Política Municipal de

Assistência Social, e também no que tange as políticas sociais para a população em situação de rua na atual gestão, pois, mesmo num contexto de crise fiscal e ausência de repasses pelo governo federal, foram abertas (02) duas novas Casas de Passagem, além de haver uma clara mudança em relação às abordagens. Embora não tenham ocorrido problemas com a População em Situação de Rua, um fator importante a se pensar é que o município de Foz do Iguaçu planeje ações de curto, médio e longo prazo para a constante formação de seu quadro de servidores, haja vista que é imprescindível que não existam ações de “fiscalização” (de quaisquer órgãos) de maneira desvinculada das políticas de abordagem e assistência social.

Nesse sentido, a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) é clara quando estabelece uma forma “humanizada” de atendimento e em especial, quando houver a estrita necessidade de negociar a utilização do espaço público e o descarte de materiais considerados inservíveis para essa população. Na prática, a PNPR visa acabar com a justificativa de uma abordagem ostensiva das equipes, entre funcionários da Fiscalização, da Guarda Municipal e da Limpeza Urbana em que por vezes, se recolhem os pertences e há violações de direitos da população em situação de rua.

A título de exemplificação, cabe ressaltar a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais a partir da ação popular proposta pelo Coletivo Margarida Alves, em 2012, em conjunto com entidades de defesa da população em situação de rua, cuja decisão é contundente quanto à ilegalidade do recolhimento de pertences das pessoas em situação de rua, pois viola a dignidade da pessoa humana e fere o direito de propriedade dos grupos vulneráveis.

**RAZÕES, MOTIVAÇÕES E OS
DIFERENTES MODOS DE VIVER
E SOBREVIVER EM SITUAÇÃO
DE RUA**

Existem vários estudos que buscam identificar os motivos e razões que levam pessoas a viverem nas ruas, sendo que estas pesquisas, de forma genérica, associam essas motivações ao uso abusivo de álcool e outras drogas, o rompimento de vínculos e os conflitos familiares (incluindo separação conjugal), o desemprego e o prazer da liberdade que é vivenciado na rua (ABREU, 2013; AGUIAR, 2014; ALCÂNTARA, ABREU, & FARIAS, 2015; CAMPOS, 2012; COSTA, MESQUITA, & CAMPOS, 2015; ESQUINCA, 2013; SALDANHA, 2014).

Porém, por óbvio, seria muita irresponsabilidade a tentativa de uma explicação uni causal, ou até mesmo, associar ou circunscrever a motivação a uma pequena gama de fatores. Porém, é preciso citar alguns autores que nos auxiliam a pensar sobre essa temática. Segundo Campos (2012), as questões que ocasionam a situação de rua são multifatoriais e podem acontecer de forma gradual e processual, culminando na ocupação da rua de forma permanente.

Esses autores apontam que o fenômeno de pessoas em situação de rua vem aumentando devido à precarização das relações de trabalho, o desemprego e as transformações econômicas. Para esses autores, esse fenômeno evidencia o fator negativo do processo de globalização, em que a exclusão social se intensifica, sendo possível também, dizer que essa condição se acirra e se configura como uma síntese de determinações sociais fortemente marcadas pelo sistema capitalista. Com esse número significativo de pesquisas e com o arcabouço teórico que problematiza e reflete sobre a temática da população em situação de rua, é possível fazer algumas concatenações, sendo que todas apontam para os múltiplos aspectos

e os múltiplos fatores que motivam e ocasionam a vida nas ruas, as quais consideram o contexto social, econômico, histórico e político, ou seja, ao se deparar com o atendimento dessa população e ou até mesmo, em uma tentativa de explicação, é necessário uma abordagem integradora.

É necessário também em se ter o cuidado em qualquer julgamento possível, pois segundo Esmeraldo Filho (2010) algumas pessoas associam a atual condição como algo de sua responsabilidade, desconsiderando os processos sociais e econômicos, no qual se esquece de que as misérias, em sua totalidade, são adereços das indigências fabricadas por estruturas societárias – onde, a sociedade transfere a culpa e a responsabilidade para o indivíduo. Dessa forma, a partir dessa lógica, a pessoa em situação de rua passa a ser considerada e culpada por sua própria condição (RODRIGUES, 2015).

Dessa forma, deve-se reconhecer que a heterogeneidade é uma característica da população em situação de rua como de suas maneiras de viver, o que aponta diversas pesquisas, sendo que essa heterogeneidade é premissa fundamental, pois para Lemões (2014) essa premissa é fundamental para a compreensão dos modos de vida dessas pessoas e, a partir daí, trabalhar por identificar, fortalecer potencialidades e ser capaz de promover que essas pessoas se identifiquem com movimentos de resistência para o fortalecimento dos modos de viver nas ruas, corroborando assim, a construção de redes sociais e o envolvimento da população em situação de rua com ações de cultura, arte, religião e movimentos sociais.

**O SENSO MORAL DOMINANTE:
(RE)PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO
SOCIAL DA IMAGEM DA PESSOA
EM SITUAÇÃO DE RUA**

Ao longo da história, a sociedade compreende as pessoas em situação de rua a partir de diferentes perspectivas, sendo que tal visão sempre se transforma ao longo do tempo. Nos dias mais atuais, por volta início dos anos 2000, passou a se compreender a população em situação de rua a partir da exclusão e vulnerabilidade, o que fomentou o desenvolvimento de políticas públicas, mas por outro lado, intensificou o preconceito social. Segundo Serrano (2013) existe uma rotulação da pessoa em situação de rua como doente, cujo autor afirma que a construção desse estereótipo está presente tanto nos estudos acadêmicos quanto nas práticas institucionais que exercem um controle sobre o corpo e a vida dessas pessoas, através da medicalização e das normas do cuidado em saúde e até mesmo assistencial.

Mas sem dúvida, o pior fator é que aponta Costa (2007), pois segundo esse autor “a sociedade desloca a ideia de que a pessoa em situação de rua está em sofrimento para a concepção de que esta pessoa oferece algum tipo de risco e ameaça”. Com isso, se observa que ocorrem quanto à compreensão quanto modo de se relacionar com estas pessoas, apontando uma progressiva racionalização que deixou de lado a solidariedade que existia anteriormente (Costa, 2010). Para Alles (2010), a pessoa em situação de rua enfrenta dificuldades para se relacionar com outras pessoas que não vivem nas ruas, precisando sempre se reafirmar como ser humano e cidadão para obter acesso a direitos, diminuir o preconceito e a estigmatização social. Para esse autor, os olhares destinados a elas destinados são múltiplos, porém, na maioria das vezes, com um viés pejorativo e negativo, destilando ódio e preconceito, tratando-as com hostilidade e desconfiança.

Outra questão importante a destacar é o que aponta Abib (2014) e Costa (2009), cujos autores chamam a atenção para o fato de que grande parte da mídia investe em reproduzir o estereótipo das pessoas em situação de rua, sempre relacionando-as à criminalidade, loucura e pobreza, semeando o medo e a insegurança social. O problema é que essa forma de encarar o problema e essa forma de pensar viabiliza, por vezes, políticas públicas de limpeza urbana e de exclusão.

Nesse viés, buscando uma compreensão do corpo midiático e como esse se reproduz e reproduz uma sociedade do espetáculo, Almeida Junior (2014) procurou analisar discursos jornalísticos de duas revistas, uma de grande circulação nacional e uma revista alternativa, sendo que nessa pesquisa identificou que ambas reproduzem estereótipos em relação às pessoas em situação de rua, ou seja, constroem a imagem através de características gerais.

Outros autores que incursionaram por esse viés foram Silva e Hüning (2015), os quais ao analisar textos de jornais e outros documentos, identificaram a associação da pessoa em situação de rua a uma pessoa inevitavelmente criminosa. Frazão (2010) afirma que quando a imprensa jornalística divulga notícias sobre pessoas em situação de rua, o discurso é colado à seção policial com enunciados relacionando essas pessoas como suspeitos de crimes, dessa forma, ele identifica que quando a notícia não é vinculada à criminalidade, está vinculada à degradação do espaço público (Frazão, 2010). Esse autor aponta que existe uma construção da imagem da pessoa em situação de rua no discurso jornalístico, a qual é sempre referenciada a questões negativas, contribuindo para a manutenção de uma visão hegemônica excludente.

**CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA A PARTIR
DOS REGISTROS DE
ATENDIMENTO: DISTINÇÃO E
COMPLEMENTARIDADE ENTRE
SERVIÇOS**

A partir do novo modelo de organização da gestão e da oferta dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, muitos avanços e impactos foram observados na Política de Assistência Social no município de Foz do Iguaçu. Cabe salientar que a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) é o documento que norteia e que disciplina a gestão pública da Política de Assistência, a qual deve ser exercida de forma sistêmica e em consonância com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993.

Nesse sentido, tomando como base a NOB/SUAS de 2005 e a NOB/SUAS de 2012, o município de Foz do Iguaçu faz essa releitura, bem como, a complementação e a relação com outras normas no exercício dessa política. Com isso, o novo modelo de gestão estabelece, além de outras questões importantes na oferta da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, o aprimoramento no atendimento de contingências sociais de famílias e indivíduos.

Considerando que famílias e indivíduos passam por vulnerabilidades e riscos sociais diferentes, ou até mesmo por estágios destes, faz-se necessário destinar serviços, programas, projetos e ações diferenciadas, que estejam mais próximas das suas realidades. Cabe salientar que o leque de serviços da Política de Assistência Social deve buscar a proteção social em suas singularidades, pois algumas famílias precisam apenas de apoio, orientações e acompanhamento, a fim de fortalecer a sua função protetiva, que mesmo fragilizada ainda existe; outras vão além dessa necessidade, porque já se encontram com seus direitos violados e em situação de risco e de total exclusão.

Assim sendo, são realidades que merecem tratamentos diferenciados e a Política Municipal de Assistência Social tem exatamente esta proposta, deixando clara a responsabilidade de Estado no atendimento a essas famílias e tendo como um de seus objetivos: Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.

Nessa lógica, foi criado o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, cujo serviço é voltado para pessoas que têm a rua como referência e moradia, o qual deve buscar a promoção da construção de novos projetos de vida e desenvolvimento de sociabilidades. Nesse sentido, esse serviço deve basear-se em análise técnica das situações vividas pelas pessoas usuárias do serviço, a fim de possibilitar orientações e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais, sendo que a primazia desse trabalho deve centrar-se em contribuir na construção da autonomia, favorecendo a inserção social e a proteção nas situações de violência.

Cumpre deixar claro que este documento, a partir da perspectiva da Política da Assistência Social enquanto política pública e de todas suas diretrizes, **compreende a distinção entre os serviços e suas finalidades**, a saber, **Acolhimento Institucional na modalidade Casa de Passagem⁵, Serviço Especializado em Abordagem Social⁶ e Centro de Referência Especializado para**

⁵ Segundo a Resolução nº 109/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais), o Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Casa de Passagem é o serviço destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. Esse serviço deve ser organizado de modo a garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual (BRASIL, 2009, p. 44).

⁶ Segundo a Resolução nº 109/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais), o Serviço Especializado em Abordagem Social é o serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e

População em Situação de Rua⁷. Porém, neste boletim informativo, buscou-se trazer uma confrontação de dados destes serviços, pois embora esses serviços estejam destinados a públicos distintos, em algum momento, a população em situação de rua pode fazer a transição, ou vir a fazer parte do rol de atividades ofertadas nos serviços de acolhimento institucional na modalidade casa de passagem e do serviço especializado em abordagem social, que é uma realidade mais próxima e constante.

Com a intenção de dar visibilidade a este trabalho e, principalmente, a **População em Situação de Rua**, o tópico adiante apresenta os resultados do levantamento censitário da população em situação de rua a partir dos registros de atendimentos do Centro de Referência para População em Situação de Rua – Centro POP e, como dito anteriormente, achou-se por bem também apresentar os dados de atendimentos das Casas de Passagem I (Mão Amiga), Casa de Passagem II, Casa de Passagem III (Albergue Noturno) e do Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS, referentes ao ano de 2019.

Como dito anteriormente, o objetivo é conhecer essa população e os fluxos de entrada e saída nessas unidades. O conhecimento do número em potencial da população em situação de rua é

adolescentes, **situação de rua**, dentre outras. Para a compreensão e realização desse serviço, deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (BRASIL, 2009, p. 31) – grifo nosso.

⁷ Segundo a Resolução nº 109/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais), são usuários do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Esse serviço é ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência e tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida (BRASIL, 2009, p. 40).

indispensável à Gestão do Sistema Único de Assistência Social e da Gestão da Proteção Social Especial, que através do Centro POP pode possibilitar e permitir uma leitura mais refinada, em termos técnicos, da avaliação do próprio serviço e ou do(s) serviço(s), bem como, da necessidade de outras medidas de proteção social.

Os resultados de 2019 foram analisados tendo como referência as unidades citadas anteriormente, salientando que a População em Situação de Rua tem o seu perfil melhor capturado através do **Serviço Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP do município de Foz do Iguaçu**. A definição de população em situação de rua não é trivial. Em comum, as pessoas que se reconhecem estar “em situação de rua” utilizam alternativas de pernoite diferentes da moradia convencional: parques, centros de acolhida, praças e demais espaços públicos. Essa condição singular abriga diferenças: os inúmeros arranjos e materiais utilizados como abrigo e pernoite, frequência com que são usados, duração e razões para o pernoite resultam em uma multiplicidade complexa de situações.

Ainda, outras diferenças poderiam ser apontadas. Assim, é necessário ter certa atenção com a metodologia, com a capacitação de profissionais, principalmente os que se inserem no contexto do Serviço especializado de Abordagem Social – SEAS, acerca da multiplicidade de condições de critérios de identificação da população em situação de rua, sob pena de inviabilizar os esforços de compreensão, primeiramente, e de análise desse tipo de levantamento. Os critérios de inclusão na categoria população em situação de rua devem ser aplicados e compreendidos de forma técnica, sistemática e dentro de uma perspectiva histórico crítica, a fim de que cada potencial integrante desta categoria a fim de que se

possam fazer afirmações censitárias com fidedignidade sobre essa população.

Assim sendo, de início deve haver uma preparo dos atores que atuam nesta vivência a fim de que as denominadas “perguntas filtro” possam ser direcionadas para um correto levantamento dessas informações de campo.

Outra questão importante a se refletir é sobre o próprio conceito de definição da população em situação de rua, que a nosso ver, deve incorporar aquelas pessoas que como o conjunto, por contingência temporária, ou de forma permanente, pernoitam nos logradouros da cidade - praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto - em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios, carcaças de veículos, além de, também considerar como população em situação de rua, aquelas pessoas que pernoitam em albergues públicos ou de organizações sociais.

Cabe ressaltar ainda, que é necessário contextualizar o próprio município e como esse se configura, desde o contexto econômico, cultural e de formação de sua população, sendo uma cidade atípica, pois além da especificidade de estar em uma fronteira trinacional, o município apresenta ainda, outras características bem específicas, como o fato de ser um polo turístico nacional e internacional com vários atrativos e o de ser uma cidade que agrega em sua conjuntura várias etnias e culturas.

Na tabela abaixo (Tabela nº 01), está representado a comparação entre o volume da população em situação de rua tendo como base o levantamento feito pela Vigilância Socioassistencial através da leitura dos Registros Mensais de Atendimento do Centro POP durante os anos de 2018 e 2019.

Tabela nº 1: Comparação entre o dimensionamento do volume de pessoas em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento (RMA) do Centro POP durante os anos de 2018 e 2019.

MESES		Número de Pessoas em Situação de Rua	MESES	Número de Pessoas em Situação de Rua
2018	Janeiro de 2018	145	Julho de 2018	227
	Fevereiro de 2018	147	Agosto de 2018	198
	Março de 2018	180	Setembro de 2018	165
	Abril de 2018	168	Outubro de 2018	212
	Maio de 2018	186	Novembro de 2018	209
	Junho de 2018	179	Dezembro de 2018	204
2019	Janeiro de 2019	243	Julho de 2019	254
	Fevereiro de 2019	238	Agosto de 2019	265
	Março de 2019	216	Setembro de 2019	238
	Abril de 2019	232	Outubro de 2019	236
	Maio de 2019	241	Novembro de 2019	272
	Junho de 2019	224	Dezembro de 2019	270

Fonte: Centro POP (Foz do Iguaçu)

Elaboração: Divisão de Vigilância Socioassistencial – DVVSA (2020)

Cabe salientar que os dados demonstrados a partir da tabela acima, evidenciam apenas de forma parcial o dimensionamento da população em situação de rua no município de Foz do Iguaçu, pois estes dados evidenciam apenas aquelas pessoas que buscaram o serviço do Centro POP de forma espontânea e ou aquelas que foram encaminhadas para o serviço através do SEAS ou de outros serviços da Rede Socioassistencial.

Nesse sentido, os gráficos demonstrados a seguir, evidenciam que houve um aumento no volume de atendimentos por parte da Unidade Centro POP no município de Foz do Iguaçu, além de evidenciar que também houve aumento na quantidade de alguns perfis das pessoas em situação de rua atendidas pela unidade no período 01/2014 – 09/2019. É necessário então, ter essa compreensão que os dados são circunscritos, porém, cabe avaliar de forma positiva o fato de o Centro POP ser uma referência para esta população.

Outra questão importante a se levantar é que os dados referentes à População em Situação de Rua não se destoam de forma significativa quando se contrasta os dados apresentados pelo Centro POP, pelas Casas de Passagem e pelo SEAS com os dados inseridos no Cadastro Único durante o ano de 2019⁸, conforme tabela nº 2, a seguir e conforme representação gráfica na página 38:

Tabela nº 2: Dimensionamento do volume de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único no ano de 2019.

MESES		Número de Pessoas em Situação de Rua (CADÚNICO)	MESES	Número de Pessoas em Situação de Rua (CADÚNICO)
2019	Janeiro de 2019	193	Julho de 2019	228
	Fevereiro de 2019	201	Agosto de 2019	235
	Março de 2019	209	Setembro de 2019	227
	Abril de 2019	208	Outubro de 2019	239
	Maio de 2019	212	Novembro de 2019	253
	Junho de 2018	221	Dezembro de 2018	270

Fonte: Divisão do Cadastro Único (Foz do Iguaçu)

Elaboração: Divisão de Vigilância Socioassistencial – DVVSA (2020)

Mesmo com a demonstração desses dados, cabe salientar que desse montante de Pessoas em Situação de Rua, apenas 134 estão com o cadastro único atualizado, sendo 20 mulheres e 114 homens, o que faz perguntar se existe uma falha na busca ativa desse público ou se houve superação dessa situação por essas pessoas.

Ainda com referência aos dados, pode se inferir que o município de Foz do Iguaçu tem, em tese, avançado na luta pela garantia de direitos e inclusão social das pessoas em situação de rua, o que significa dizer, que a Política Municipal de Assistência Social reconhece esse tema como prioridade. Nesse sentido, cabe dizer que o cadastramento das pessoas em situação de rua é

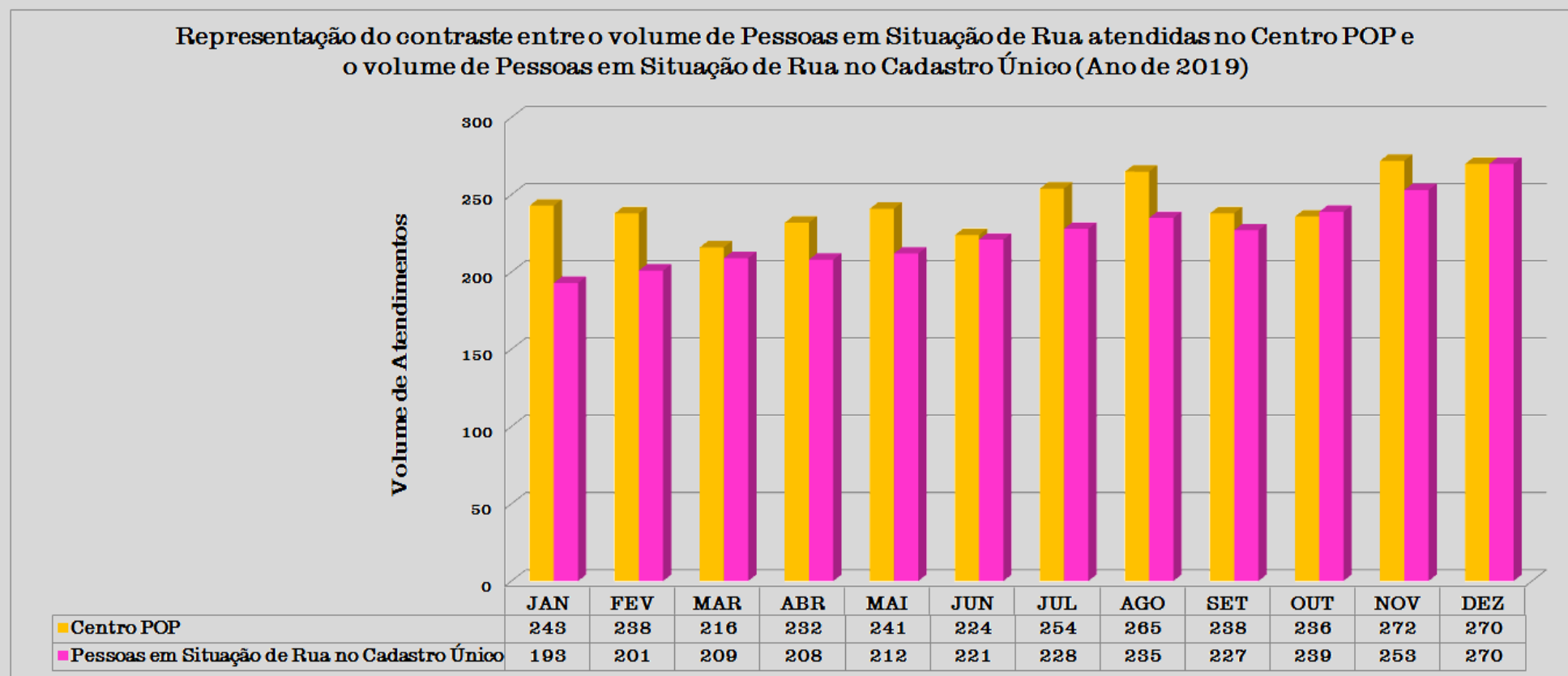
importante desde que esteja vinculado à rede de proteção social, de forma a assegurar o atendimento e o acompanhamento social, na perspectiva de construção de vínculos interpessoais e familiares que oportunizem a reinserção social e comunitária e saída das ruas.

Dessa forma, a inclusão da População em Situação de Rua no Cadastro Único visa ser um elo forte para o acesso das pessoas em situação de rua às políticas públicas, pois ao conhecer as singularidades dessa população, essa ação do órgão gestor da Assistência Social permite que o governo municipal conheça as características das pessoas em situação de rua: os perfis, as necessidades e, inclusive, onde há maior concentração.

Tal ação subsidia tanto a Vigilância Socioassistencial, a Proteção social Básica e a Proteção Social Especial, fazendo com que a gestão municipal possa decidir sobre a implementação de políticas específicas voltadas à promoção da autonomia dessas pessoas, além de possibilitar em grande maneira que a Política de Assistência Social possa autoavaliar a gestão e o acompanhamento e efetividade de suas ações.

Para melhor demonstrar as ações da Política de Assistência Social através das unidades públicas e do Albergue Noturno com relação à População em Situação de Rua e, buscando uma complementaridade entre os serviços, os gráficos e tabelas a seguir representam o volume de pessoas que se encontram direta (Centro POP) ou, em algum momento, indiretamente em situação de rua. Por óbvio, esses dados representam apenas uma parcela das ações, mas nos dão um panorama acerca dessa política com relação a essa população.

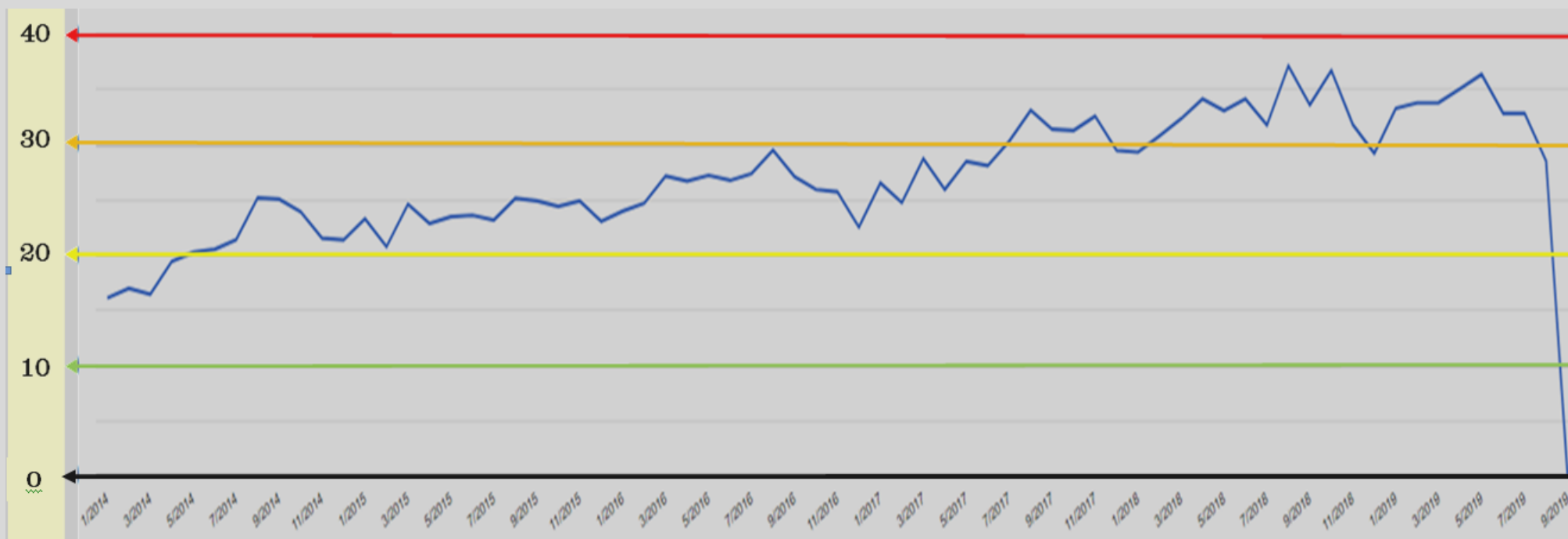
Gráfico nº 1: Representação do contraste entre o volume de Pessoas em Situação de Rua atendidas no Centro POP e o volume de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único (Ano de 2019)



Fonte: Centro POP (Foz do Iguaçu) e Divisão do Cadastro Único (Foz do Iguaçu)

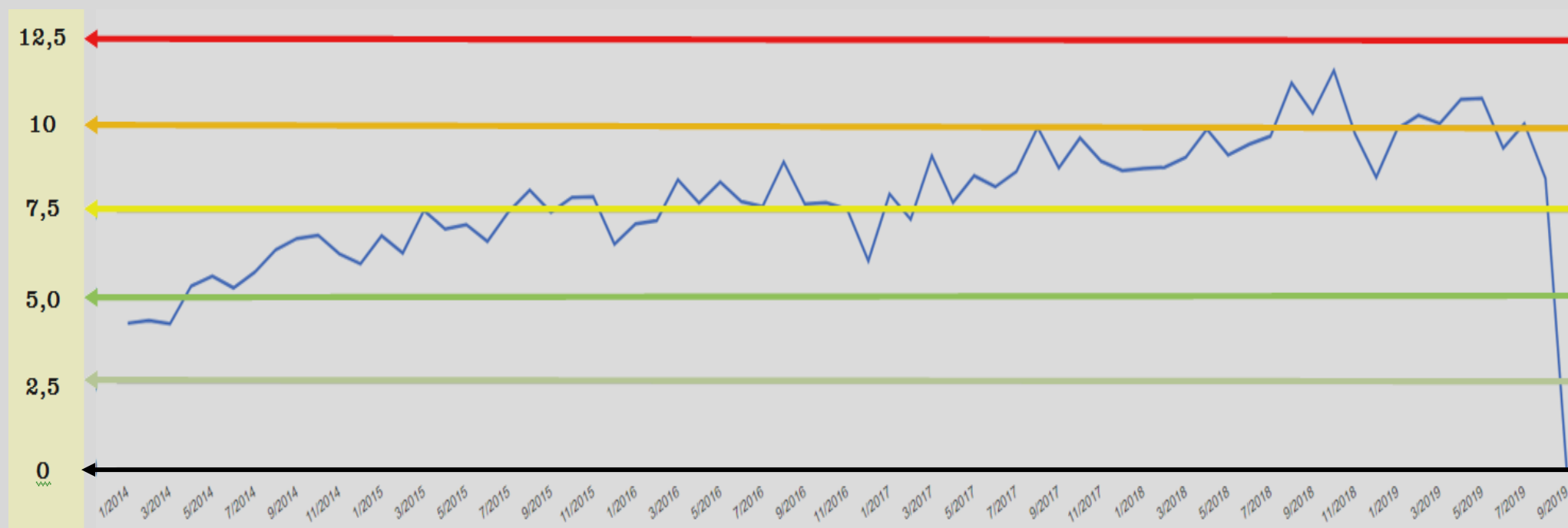
Elaboração: Divisão de Vigilância Socioassistencial – DVVSA (2020)

Gráfico nº 2: Representa o total de **Pessoas em Situação de Rua** atendidas no mês de referência (Referente ao período de 01/2014 a 09/2019)



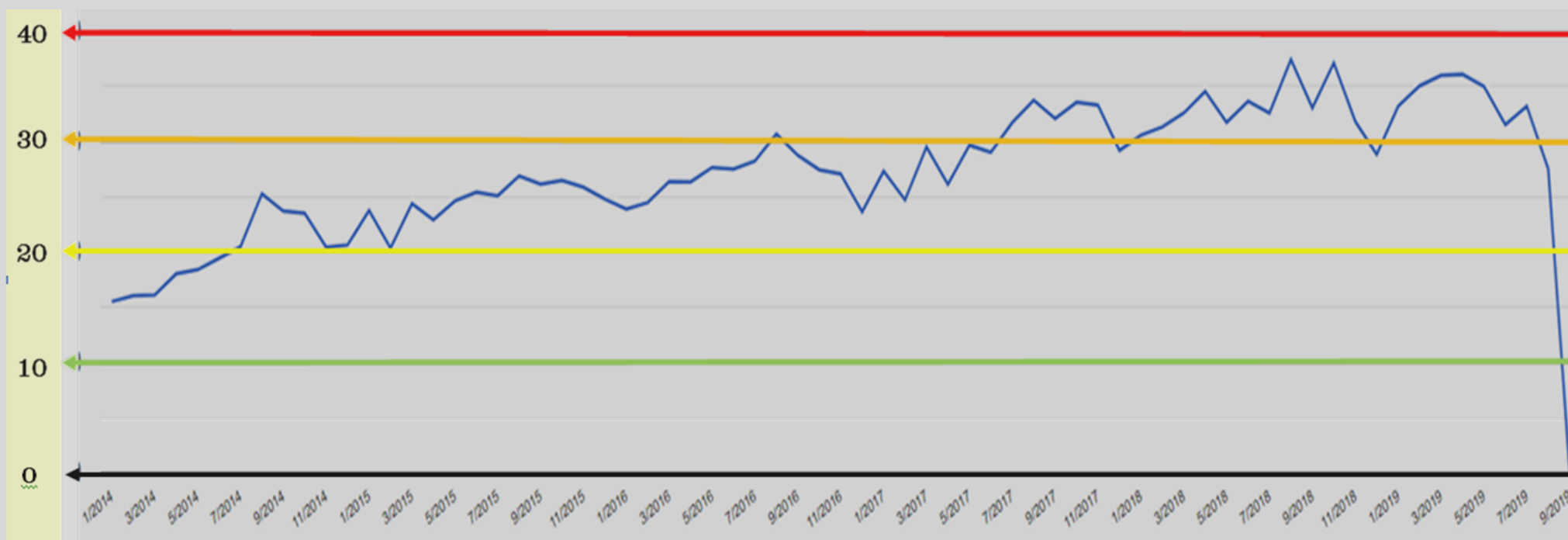
Fonte: Ministério da Cidadania/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (VIS Data - 2019).

Gráfico nº 3: Representa o total de Pessoas em Situação de Rua na condição momentânea de **usuárias de CRACK ou outras drogas ilícitas** atendidas no mês de referência (Referente ao período de 01/2014 a 09/2019)



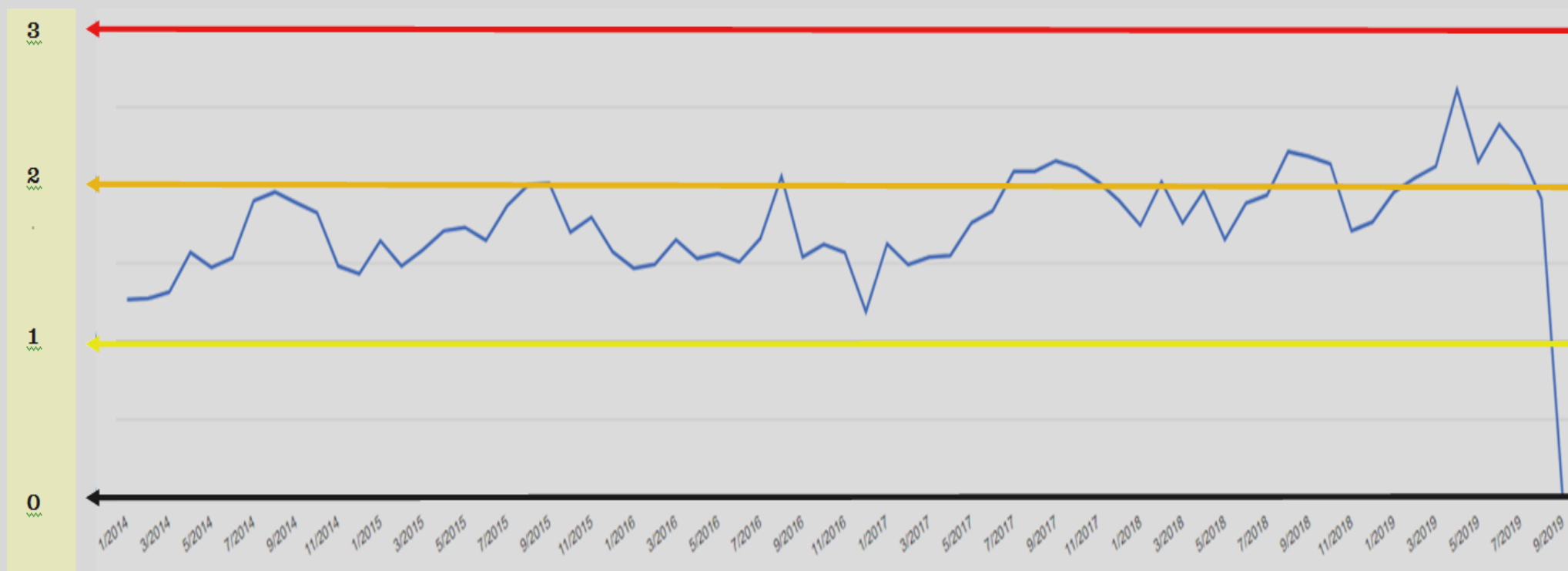
Fonte: Ministério da Cidadania/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (VIS Data - 2019).

Gráfico nº 4: Representa o total de Pessoas em Situação de Rua na condição de **Migrantes** atendidas no mês de referência (Referente ao período de 01/2014 a 09/2019)



Fonte: Ministério da Cidadania/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (VIS Data - 2019).

Gráfico nº 5: Representa o total de Pessoas em Situação de Rua com **Doença ou Transtorno Mental** atendidas no mês de referência (Referente ao período de 01/2014 a 09/2019)



Fonte: Ministério da Cidadania/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (VIS Data - 2019).

Tabela nº 3: Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento (RMA) do **Centro POP** durante o ano de 2019.

Categoria			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Número total de passagens no mês			1050	1059	1011	1142	1056	1159	1207	1221	810	959	1196	1202	13.072
Número de pessoas acolhidas no mês			243	238	216	232	241	224	254	265	238	236	272	270	2.929
Pessoas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família - PBF			S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	25	51	38	52	41	38	38	283
Pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC			S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	1	1	2	1	2	9	6	7	29
Perfil Etário/ Gênero	0-12	Masc.	5	4	6	5	2	2	3	1	1	2	8	7	46
		Fem.	3	3	4	4	5	4	5	2	1	6	7	2	46
	13-17	Masc.	2	-	-	1	-	1	1	1	-	-	2	-	8
		Fem.	-	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	1	5
	18-39	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	121	133	122	132	132	116	117	131	122	1.126
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	24	24	13	22	19	14	22	24	28	190
	40-59	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	56	50	63	60	81	78	72	75	86	621
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	6	7	7	12	15	15	6	12	11	91
	60 ou mais	Masc.	16	16	13	13	18	9	16	10	12	11	10	12	156
		Fem.	-	1	2	1	1	3	3	3	1	-	3	1	19
Perfil Raça-Cor	Branca		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	13	94	84	82	82	71	82	508
	Indígena		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	2	2	2	-	-	1	1	8
	Parda		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	29	120	163	140	137	159	149	897
	Preta		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	8	16	15	15	17	35	28	134
	NI - Não informado e/ou não se identifica		243	238	216	232	241	172	22	1	1	-	6	10	1382
Pessoa com Deficiência - PCD	Masculino		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
	Feminino		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0

Perfil Nacionalidade	Brasileira		203	199	197	188	195	195	210	218	214	194	212	229	2.454
	Argentina		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	19	13	25	18	4	14	19	11	123
	Paraguaia		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	6	3	1	3	3	4	2	5	27
	Boliviana		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Venezuelana		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	9	2	10	15	7	11	19	18	91
	Haitiana		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	1	4	-	1	-	1	-	-	7
	Uruguaia		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	4	3	1	6	3	3	-	-	20
	Outras		40	43	19	44	7	4	7	4	7	9	10	1	195
Pessoas usuárias de CRACK ou outras drogas ilícitas	0-12	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	13-17	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	18-39	Masc.	85	82	86	74	46	42	70	44	32	50	45	46	702
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	7	4	11	6	3	3	1	2	37
	40-59	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	15	17	22	18	27	24	22	24	169
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	3	2	3	2	2	-	5	1	18
	60 ou mais	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	3	2	2	1	-	2	3	4	17
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Pessoas com doença ou transtorno mental	0-12	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	1	-	-	1
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	13-17	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	18-39	Masc.	13	13	11	6	4	3	2	3	5	14	13	17	104
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	1	1	1	0	4	4	2	7	20
	40-59	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	2	1	7	7	11	9	37
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	1	-	-	1	-	-	2	3	7
	60 ou mais	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	2	-	-	1	3
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	1	-	1	1	3

*S/D = Sem dados

Tabela nº 4: Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento da Casa de Passagem I (Mão Amiga).

Categoria			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Número total de passagens no mês			36	11	11	4	18	6	19	7	9	32	20	16	189
Número de pessoas acolhidas no mês			36	13	12	4	24	8	30	7	9	35	28	21	227
Pessoas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família - PBF			S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
Pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC			S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
Perfil Etário/ Gênero	18-24	Masc.	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	-	1	5
		Fem.	4	4	1	-	1	-	2	-	-	3	-	1	17
	25-31	Masc.	-	2	-	-	-	1	-	1	1	1	-	-	6
		Fem.	6	-	3	-	2	1	1	1	1	7	5	3	30
	32-38	Masc.	-	-	1	-	-	1	-	1	2	-	3	-	8
		Fem.	2	-	1	-	2	-	-	-	1	1	2	4	13
	39-45	Masc.	2	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4
		Fem.	3	2	-	2	1	-	1	1	-	5	1	2	18
	46-52	Masc.	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-	6
		Fem.	2	-	1	1	2	-	1	2	-	-	1	-	10
	53-59	Masc.	1	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	4
		Fem.	5	-	1	-	-	-	2	-	-	1	-	-	9
	Acima de 60 anos	Masc.	10	4	2	-	5	2	8	-	3	9	6	4	53
		Fem.	1	-	2	-	1	1	2	-	-	1	2	3	13
Perfil Raça-Cor	Branca		19	16	6	-	12	4	19	4	4	18	14	5	121
	Indígena		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	7	8
	Parda		19	6	9	9	8	1	8	3	2	18	20	17	120
	Preta		10	5	2	1	-	3	5	1	3	1	6	6	43
	NI - Não informado e/ou não se identifica		-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2

Pessoa com Deficiência - PCD	Masculino		1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
	Feminino		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
Perfil Nacionalidade	Brasileira		35	8	11	9	6	6	23	7	8	24	27	29	193
	Argentina		2	1	1	-	-	1	1	-	-	2	1	2	11
	Paraguaia		7	-	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	11
	Boliviana		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Venezuelana		3	4	4	-	-	-	4	-	1	10	10	-	36
	Haitiana		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Uruguaia		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Outras		-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	3
Pessoas usuárias de CRACK ou outras drogas ilícitas	0-12	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
	13-17	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
	18-39	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
	40-59	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
	60 ou mais	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
Pessoas com doença ou transtorno mental	0-12	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
	13-17	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
	18-39	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
	40-59	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
	60 ou mais	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0

*S/D = Sem dados

Tabela nº 5: Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento da **Casa de Passagem II**.

			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Número total de passagens no mês			70	86	74	75	75	78	97	62	72	87	76	70	922
Número de pessoas acolhidas no mês			64	83	71	71	69	75	88	56	62	75	66	67	847
Pessoas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família - PBF			2	1	11	18	23	27	35	15	12	11	9	5	169
Pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC			-	1	-	-	5	3	2	1	4	3	-	-	19
Perfil Etário/ Gênero	18-24	Masc.	08	6	7	5	11	12	10	4	8	4	7	8	90
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	25-31	Masc.	14	20	14	15	10	10	8	9	13	20	19	14	166
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	32-38	Masc.	14	27	23	21	16	21	28	15	13	12	10	14	214
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	39-45	Masc.	15	15	12	14	16	17	18	13	10	12	7	15	164
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	46-52	Masc.	12	9	11	10	11	11	15	12	12	17	12	12	144
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	53-59	Masc.	4	6	4	6	5	3	7	3	6	10	11	4	69
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Perfil Raça-Cor	Branca		18	21	20	17	23	26	29	20	24	23	24	20	265
	Indígena		-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	3
	Parda		33	41	34	37	36	36	44	28	29	34	27	25	404
	Preta		10	12	11	9	10	12	14	8	9	10	9	8	122
	NI - Não informado e/ou não se identifica		4	9	6	8	-	-	-	-	-	10	6	14	57

Pessoa com Deficiência - PCD	Masculino		3	3	2	5	5	5	2	6	6	6	5	7	49
	Feminino		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Perfil Nacionalidade	Brasileira		54	71	58	58	58	66	82	49	55	64	60	58	675
	Argentina		5	3	3	4	5	2	2	4	2	5	2	2	39
	Paraguaia		-	1	1	1	3	2	3	1	-	1	-	-	13
	Boliviana		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Venezuelana		-	2	2	2	2	2	-	1	-	1	4	4	21
	Haitiana		-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	5
	Uruguaia		1	2	2	2	-	-	-	-	-	2	1	1	11
	Outras		03	3	4	4	1	1	-	1	2	1	1	1	23
Pessoas usuárias de CRACK ou outras drogas ilícitas	0-12	Masc.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	13-17	Masc.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	18-39	Masc.	18	21	16	16	15	20	28	19	21	19	16	25	154
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	40-59	Masc.	11	15	12	12	7	6	7	5	6	6	5	6	98
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Pessoas com doença ou transtorno mental	60 ou mais	Masc.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	0-12	Masc.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	13-17	Masc.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	18-39	Masc.	3	4	2	4	5	5	4	2	4	3	3	5	44
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	40-59	Masc.	-	-	1	1	1	2	3	3	2	2	2	2	19
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	60 ou mais	Masc.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Tabela nº 6: Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento do Serviço Especializado de Abordagem Social - SEAS.

Categoria			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Número total de Abordagens no mês			749	791	725	627	727	754	689	457	632	451	685	547	7287
Número de pessoas encaminhadas para as Casas de Passagem			38	11	20	13	11	20	51	15	31	35	30	28	309
Número de pessoas encaminhadas ao Centro POP			205	215	266	301	245	266	250	245	138	228	270	320	2949
Pessoas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família - PBF			18	21	21	21	23	29	33	38	52	41	38	38	373
Pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC			2	3	1	2	2	2	1	2	4	9	6	7	41
Perfil Etário/ Gênero	0-12	Masc.	12	8	5	3	30	10	5	6	2	3	6	32	90
		Fem.	7	6	8	3	12	09	3	15	08	9	7	16	87
	13-17	Masc.	8	12	14	10	24	20	9	4	19	3	14	14	137
		Fem.	2	10	4	-	3	16	5	10	18	9	9	4	90
	18-39	Masc.	140	215	208	141	364	248	275	207	151	107	341	194	2591
		Fem.	18	61	29	37	85	99	45	60	03	38	67	65	607
	40-59	Masc.	41	97	79	60	146	120	123	86	352	180	167	120	1571
		Fem.	14	48	36	32	54	45	55	35	57	52	48	52	528
	60 ou mais	Masc.	18	18	10	9	8	21	39	24	21	42	23	49	282
		Fem.	6	4	1	2	1	10	26	2	1	8	3	1	65
Perfil Raça-Cor	Branca		S/D*	S/D*	S/D*	198	221	159	185	197	80	155	213	523	1931
	Indígena		41	46	23	58	36	23	25	52	101	72	56	80	613
	Parda		S/D*	S/D*	S/D*	126	49	205	3	5	3	31	45	80	547
	Preta		S/D*	S/D*	S/D*	114	125	135	137	152	164	102	117	254	1300
	NI - Não informado e/ou não se identifica		S/D*	S/D*	S/D*	59	68	83	20	31	12	60	45	112	490

Pessoa com Deficiência - PCD	Masculino		3	-	2	2	1	5	2	1	1	3	1	2	23
	Feminino		1	1	1	-	1	-	1	-	-	-	2	-	7
Perfil Nacionalidade	Brasileira		S/D*	S/D*	S/D*	345	226	179	558	326	521	292	552	578	3577
	Argentina		S/D*	S/D*	S/D*	21	26	13	40	46	52	53	40	42	333
	Paraguaia		S/D*	S/D*	S/D*	16	15	2	52	52	45	72	56	80	390
	Boliviana		S/D*	S/D*	S/D*	21	-	29	-	-	-	-	-	2	52
	Venezuelana		S/D*	S/D*	S/D*	16	12	8	12	14	7	17	22	27	135
	Haitiana		S/D*	S/D*	S/D*	2	-	2	5	-	-	-	-	-	9
	Colômbia		S/D*	S/D*	S/D*	5	3	5	-	10	2	6	10	13	54
	Uruguaia		S/D*	S/D*	S/D*	-	5	3	-	-	-	-	-	-	8
	Outras		S/D*	S/D*	S/D*	8	6	11	22	9	5	11	5	5	82
Pessoas usuárias de CRACK ou outras drogas ilícitas	0-12	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	13-17	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	1	2	-	1	-	-	-	-	-	4
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	18-39	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	8	6	5	170	138	121	120	78	83	729
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	3	2	1	17	18	20	1	7	4	73
	40-59	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	5	-	3	38	21	48	20	14	36	185
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	3	-	-	18	11	25	13	5	6	81
	60 ou mais	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	1	-	1	4	1	-	7
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Pessoas com doença ou transtorno mental	0-12	Masc.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	1
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	13-17	Masc.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
		Fem.	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	18-39	Masc.	3	3	2	3	4	3	5	3	5	14	13	13	71
		Fem.	2	1	2	1	1	2	2	-	4	4	2	5	26
	40-59	Masc.	2	3	2	2	-	1	1	1	7	7	11	6	43
		Fem.	-	1	1	1	1	1	1	1	-	-	2	-	9
	60 ou mais	Masc.	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
		Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2

*S/D = Sem dados

Tabela nº 7: Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento da **Albergue Noturno Lar Esperança - Casa de Passagem III****.

			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Número total de passagens no mês							S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	79	S/D*	S/D*	S/D*	79
Número de pessoas acolhidas no mês							81	42	57	84	79	66	100	81	590
Pessoas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família - PBF							7	7	9	10	12	7	10	10	72
Pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC							4	3	4	4	4	2	4	3	28
Perfil Etário/ Gênero	18-24	Masc.					14	3	5	11	8	9	12	10	72
		Fem.					5	1	2	5	7	3	8	3	34
	25-31	Masc.					13	8	9	8	12	6	15	6	77
		Fem.					4	1	3	5	5	4	6	4	32
	32-38	Masc.					13	2	7	14	9	10	17	14	86
		Fem.					3	2	3	6	6	5	6	5	36
	39-45	Masc.					10	5	10	13	15	10	16	17	96
		Fem.					3	-	3	5	5	5	5	5	31
	46-52	Masc.					7	7	6	8	8	5	5	8	54
		Fem.					3	2	3	3	2	3	2	3	21
	53-59	Masc.					7	8	5	5	8	4	5	4	46
		Fem.					3	3	3	2	3	2	3	2	21
Perfil Raça-Cor	Branca						35	18	21	32	28	29	39	36	238
	Indígena						-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda						22	12	12	20	23	15	15	20	139
	Preta						9	5	8	12	14	5	16	12	81
	NI - Não informado e/ou não se identifica						15	7	16	20	14	17	17	13	119
Pessoa com Deficiência - PCD	Masculino						S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-
	Feminino						S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-

Perfil Nacionalidade	Brasileira			30	S/D*	25	35	31	27	27	37	202
	Argentina			15	S/D*	6	10	14	14	14	14	87
	Paraguaia			21	S/D*	12	18	19	16	16	18	120
	Boliviana			-	S/D*	2	1	-	1	1	-	5
	Venezuelana			10	S/D*	8	8	8	4	4	8	50
	Colômbia			-	S/D*	1	3	1	1	1	-	7
	Chile			-	S/D*	-	1	-	-	-	-	1
	Outras			5	S/D*	-	8	6	3	3	-	25
	Pessoas usuárias de CRACK ou outras drogas ilícitas	0-12		Masc.		-	-	-	-	-	-	-
Fem.			-	-		-	-	-	-	-	-	-
13-17		Masc.	-	-		-	-	-	-	-	-	-
		Fem.	-	-		-	-	-	-	-	-	-
18-39		Masc.	18	8		7	9	12	12	21	10	97
		Fem.	5	2		3	6	6	5	12	4	43
40-59		Masc.	9	9		6	7	9	8	18	7	73
		Fem.	6	3		4	4	6	3	8	7	41
60 ou mais		Masc.	-	-		-	-	-	-	-	-	-
		Fem.	-	-		-	-	-	-	-	-	-
Pessoas com doença ou transtorno mental	0-12	Masc.		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Fem.		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	13-17	Masc.		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Fem.		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	18-39	Masc.		2	2	2	-	3	1	1	1	12
		Fem.		1	1	1	-	1	-	-	1	4
	40-59	Masc.		1	1	1	2	2	1	1	1	10
		Fem.		-	-	-	1	1	1	1	1	5
	60 ou mais	Masc.		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Fem.		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Migrantes e Refugiados	0-12	Masc.		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-
		Fem.		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-
	13-17	Masc.		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-
		Fem.		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-
	18-39	Masc.		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-
		Fem.		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-
				S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-
				S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-

	40-59	Masc.		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-
		Fem.		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-
	60 ou mais	Masc.		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-
		Fem.		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-

S/D* = Sem dados

Albergue Noturno Lar Esperança - Casa de Passagem III * *: A Organização da Sociedade Civil está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu sob o nº 102/2018, sendo que nos meses de **Janeiro a Abril de 2019** a instituição estava se adequando para estar em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), visando firmar parceria com o poder público, o que foi feito através do Termo de Colaboração nº 001/2019 - SMAS. Tendo em vista o parecer favorável pelo Grupo de Trabalho instituído por meio da Resolução 042/2019 de 22 de maio de 2019 e parecer conclusivo da Comissão de Avaliação e Inscrição de Entidades no CMAS, a Resolução CMAS nº. 056/2019, de 24 de julho de 2019 dispôs sobre a aprovação da manutenção da inscrição da entidade Albergue Noturno no Conselho Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu, com o seguinte tipo de inscrição:

Tipo: Serviço

Modalidade: Atendimento – Casa de Passagem

Caracterização: Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Acolhimento Institucional para homens e mulheres na faixa etária entre 18 e 59 anos.

DISCUSSÃO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobretudo o que foi apontado, há que se ressaltar os limites deste trabalho, pois ele não é capaz de desvelar as especificidades da população em situação de rua, sendo uma análise circunscrita ao público que recebe atendimento nos serviços da Política de Assistência Social. Sendo assim, sabendo que é sobre a Política Municipal de Assistência Social que recai a responsabilidade fundamental de planejar ações voltadas para esta população, ressaltamos que este estudo não substitui a necessidade de levantamento através de um Diagnóstico Municipal especificamente para esta população.

Dessa forma, recomenda-se essa ação a fim de a gestão municipal possa conhecer melhor sua população em situação de rua. Ressalta-se ainda que é atividade primordial da proteção social a concentração de um maior esforço de incorporação deste grupo no Cadastro Único para Programas Sociais, de forma que se amplie o acesso da população em situação de rua às políticas públicas, tais como transferência de renda, inclusão produtiva e habitação. Uma questão importante a ser levantada é que a realidade do município de Foz do Iguaçu não foge a realidade brasileira no que tange ao gênero, sendo que a imensa maioria das pessoas que fazem das ruas a sua vivência são homens. A partir dos dados apresentados através do Centro POP, pode se afirmar que do total dessa população, 83% é masculina. De toda a população masculina, a

maioria é referente ao público adulto-jovem, correspondendo a 63,3% na faixa etária dos 18 aos 39 anos.

Segundo dados apresentados pelo Centro POP à população feminina representam os outros 17% do total de pessoas que vivem em situação de rua. Um dado importante a refletir sobre o público feminino é que não há variação significativa comparando a relação entre as idades de 18-39 anos e 40-59 anos para as mulheres que vivem em situação de rua.

Com relação à cor de pele de todas as pessoas que vivem nas ruas e que passaram pelo Centro POP, 17,6% se autodeclararam brancos; 30,5% se declararam pardos e 4,9% se declararam pretos. Neste quesito, cabe ressaltar que do total da população em situação de rua atendida pelo Centro POP durante o ano de 2019, 47,18% não se identificaram com nenhuma cor de pele ou constam como não informado, o que faz a leitura da representação cor da pele ser prejudicada, haja vista esse dado representa quase 50% da mostra.

No que concerne ao ponto de vista institucional, todavia permanece a tarefa constante da garantia de convivência, sobretudo porque é crucial que nos serviços ofertados seja assegurada a individualidade e a privacidade, tomando-se como princípio que cada pessoa deve ser tratada tendo por base a sua realidade, com um plano individual de atendimento que seja com ela construído na perspectiva de seu projeto de vida.

Nesse sentido, a função acolhedora exercida pelos servidores e funcionários que prestam seu trabalho pode ser decisiva na construção de projetos individuais e coletivos, tornando cada vez mais, esses espaços menos institucionalizados e mais inseridos na comunidade. O ideal é que estes espaços assegurem as pessoas o direito à convivência e à individualidade, guiando-se por princípios

éticos de respeito à dignidade humana e à realidade de vida das pessoas atendidas, cabendo, tanto a gestão municipal como a cada trabalhador, uma autoavaliação permanentemente, na busca constante de coerência.

Acreditamos que a maior consigna deve se centrar no desafio da formação política de cada cidadão, visando superação e resistência, não como aqueles que apostam na meritocracia, mas como aqueles que vislumbram que, mesmo em uma sociedade ditada por tantas contradições, contrastes, inclusão precária e de violação de direitos que caracteriza a população em situação de rua, pode-se criar referenciais positivos para a constituição da identidade valorativa da população que vive em situação de rua.

Por isso, acreditamos em um exercício constante com referência a atitude social no sentido de *Gestão, Planejamento e Acolhimento*, com vistas à afirmação da Política Municipal de Assistência Social como uma política capaz de ampliar a abrangência protetiva do Estado para com esse público.

REFERÊNCIAS

ABIB, L. T. **Crônicas urbanas: Consultório na rua, população em situação de rua, clínica menor e outras histórias.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande, RS, Brasil, (2014).

ABREU, D. **Pessoas em situação de rua, uso de drogas e o consultório de rua.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, (2013).

AGUIAR, M. J. G. **Moradores de rua na cidade do Guarujá/SP: Condições de vida, saúde, emoções e riscos.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Santos, SP, Brasil, (2014).

ALCÂNTARA, S. C., ABREU, D. P., & FARIAS, A. A. (2015). **Pessoas em situação de rua: Das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença.** Revista Colombiana de Psicologia, 24 (1), 129-143. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcp.v24n1.40659>. Acesso em: 16 Dez. 2019.

ALMEIDA JUNIOR, G. P. **Pelas ruas e nas páginas das revistas: Estratégias de construção da representação do morador de rua no discurso jornalístico de Ocas” e VEJA São Paulo.** (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, Brasil, (2014).

ALVES, M. E. R. **Vidas privadas em espaços públicos: Uma análise da violência contra a mulher moradora de rua em Fortaleza.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, (2013).

ALLES, N. L. **Boca de rua: Representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, (2010).

BRASIL. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua.** Brasília, DF, (2009).

BRÊTAS, A. C. P., Marcolan, J. F., ROSA, A. S., Fernandes, F. S. L. F., & Raizer, M. V. (2010). **Quem mandou ficar velho e morar na rua?** Revista da Escola de Enfermagem da USP, 44(2), 476-481. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342010000200033> - Acesso em: 17 Dez. 2019.

BUENO, E. M. **Os desafios de envelhecer na rua** (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, (2013)

BURSZTYN, Marcel. Introdução. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003a. p.19-26.

CAMPOS, M. A. R. **Sob o céu da cidade: Representações sociais da população em situação de rua no município de Araguari.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil, (2012).

COSTA, L. E; MESQUITA, V. M; CAMPOS, A. P. (2015). **Moradores de rua, quem são eles? Um estudo sobre a população de rua atendida pela Casa da Sopa “Capitão Vendramini” de Três Corações.** Revista da Universidade *Vale do Rio Verde*, 13(2), 285-297. Disponível em: <https://doi.org/10.5892/ruvrd.v13i2.2281> - Acesso em: 3 Dez. 2019.

COSTA, D. L. R. **A rua em movimento: experiência urbanas e jogos sociais em torno da população de rua** (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, (2007).

COSTA, L. D. G. **Responsabilidade e desumanização: Representações sociais sobre população de rua no Rio de Janeiro.** (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, (2010).

COSTA, D. B. (2009). *Cidadãos e cidadãs em situação de rua: Uma análise de discurso crítica da questão social* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4308> - Acesso em: 5 Dez. 2019.

ESMERALDO FILHO, C. E. (2010). **Necessidades de saúde dos moradores de rua: desafios para as políticas sociais do município de Fortaleza-CE.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

ESQUINCA, M. M. M. (2013). **Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos bairros Sé e República.** (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

FRAZÃO, T. C. J. **O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico.** (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, (2010).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil.** (2016).

LEMÕES, T. (2014). **A corporificação do sofrimento e o trânsito entre vítima e algoz: novas reflexões a partir de etnografias com população em situação de rua.** Cadernos do Lepaarq, 11 (21), 45-61. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/3155> - Acesso em: 4 Dez. 2019.

MATTOS, R. M. **Situação de rua e modernidade: A saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade** (dissertação de Mestrado). Universidade São Marcos, São Paulo, SP, Brasil (2006).

MOURA, Y. G., SILVA, E. A., & NOTO, A. R. (2009). **Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua**. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 3(1), 31-46.

NASCIMENTO, E. C. (2008). **Nomadismos contemporâneos: Um estudo sobre errantes trecheiros**. São Paulo: Editora UNESP.

OLIVEIRA, M. M. “**Acham que brotamos das fontes dessa cidade?**” **Uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Natal/RN**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil, (2015).

RODRIGUES, P. G. **Gênero entre as ruas e a trama institucional: um estudo sobre a vivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil, (2009).

RODRIGUES, I. S. **A construção social do morador de rua: O controle simbólico da identidade**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil, (2015).

SALDANHA, R. M. B. (2014). **Dormitório urbano: “Uma problemática social (in)sustentável”**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

SANTOS, V. B. **Mulheres em vivência de rua e a integralidade no cuidado em saúde (Dissertação de Mestrado)**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, (2014).

SERRANO, C. E. G. **Homem de rua, homem doente: A população de rua nos discursos do acolhimento institucional público**. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, (2013).

SILVA, W. N., & HÜNING, S. M. (2015). **De morador de rua a criminoso**. *Athenea Digital*, 15(2), 141-165. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1479> - Acesso em: 5 Dez. 2019.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf.



Governo do Município de Foz do Iguaçu

Construindo uma nova cidade



SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ